

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.408.757 - SP
(2018/0318026-8)**

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
EMBARGANTE : TAM LINHAS AÉREAS S/A
ADVOGADOS : EDUARDO LUIZ BROCK - SP091311
SOLANO DE CAMARGO - SP149754
EMBARGADO : CHUBB DO BRASIL COMPANHIA DE SEGUROS
ADVOGADO : JOSE CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS -
SP273843

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA.

1. Rejeitam-se os embargos de declaração quando ausente omissão, contradição ou obscuridade a ser sanada.
2. Embargos de declaração no agravo em recurso especial rejeitados.

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por TAM LINHAS AÉREAS S/A contra decisão unipessoal que conheceu parcialmente de seu recurso especial e deu-lhe provimento para reconhecer a prescrição.

Em suas razões recursais, a embargante sustenta omissão na decisão embargada quanto à fixação dos honorários recursais, com fundamento no art. 85, § 11, do CPC/15.

É O BREVE RELATÓRIO.

Nos termos do art. 1.022 do CPC/15, somente é cabível o recurso de embargos de declaração nas hipóteses em que haja obscuridade, contradição, omissão ou erro material no julgado impugnado.

Na hipótese, não ocorreu nenhum dos vícios mencionados. Efetivamente, nenhuma obscuridade, contradição, omissão ou erro material existe no corpo do acórdão que justifique a oposição desse recurso, que, como é cediço, não se presta para o reexame da causa.

De fato, não há falar em omissão alguma quanto aos honorários recursais.

Com efeito, de acordo com a jurisprudência desta Corte, para fins de arbitramento de honorários advocatícios recursais previstos no § 11 do art. 85 do CPC/2015, é necessário o **preenchimento cumulativo dos seguintes requisitos** (Edcl no AgIn no REsp n. 1.573.573/RJ, 3ª TURMA, Dje de 08/05/2017): "1. Direito Intertemporal: deve haver incidência imediata, ao processo em curso, da norma do art. 85, § 11, do CPC de 2015, observada a data em que o ato processual de recorrer tem seu nascedouro, ou seja, a publicação da decisão recorrida, nos termos do Enunciado 7 do Plenário do STJ: "Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC"; 2. o não conhecimento integral ou o improvimento do recurso pelo Relator, monocraticamente, ou pelo órgão colegiado competente; 3. a verba honorária sucumbencial deve ser devida desde a origem no feito em que interposto o recurso; 4. não haverá majoração de honorários no julgamento de agravo interno e de embargos de declaração oferecidos pela parte que teve seu recurso não conhecido integralmente ou não provido; 5. não terem sido atingidos na origem os limites previstos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, para cada fase do processo; 6. não é exigível a comprovação de trabalho adicional do advogado do recorrido no grau recursal, tratando-se apenas de critério de quantificação da verba."

Assim, os honorários recursais, conforme entendimento da Segunda Seção desta Corte (AgInt nos EREsp 1.539.725/DF, DJe 19/10/2017), somente são devidos na hipótese de o recurso não ter sido conhecido integralmente ou desprovido, circunstância não verificada no particular.

Forte nessas razões, REJEITO os embargos de declaração.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora

